

Regressão ou progresso?

Publicação: [O Mundo em Português Nº 54](#)

Data de Publicação: Março 2004

Autor: Alain Tourraine

Desde que Jacques Chirac assumiu solenemente a responsabilidade pela maioria das análises e propostas da Comissão Stasi, tornou-se claro que a grande maioria da opinião pública francesa é favorável à concepção, muito forte e muito nova, de laicismo apresentada pelo presidente da República. Não nos podemos esquecer que o laicismo nunca tinha sido definido – a lei de 1905, obra mestra da política laica, é simplesmente uma lei de separação das Igrejas e do Estado, de reconhecimento das primeiras pelo segundo e também de não financiamento por parte do Estado às Igrejas e às suas diversas actividades, nomeadamente as capelas nas escolas, hospitais e prisões.

A Comissão Stasi e o Presidente da República apresentaram, pela primeira vez, uma definição elaborada, positiva e aberta do laicismo. Decepcionaram-se todos os que temiam um regresso do espírito anti-religioso e mesmo anticlerical e tranquilizaram-se os que temiam o regresso às lutas anti-religiosas de princípios do século XX. O relatório Stasi não propõe nenhuma medida que possa considerar-se agressiva para qualquer Igreja. Pelo contrário, sublinha a unanimidade das Igrejas em França relativamente ao respeito pelo princípio do laicismo.

O conflito entre católicos e "republicanos" desapareceu completamente há várias décadas. Podemos estar tranquilos que a França não vai agitar as achas de um conflito escolar e da verdadeira guerra de religiões que a dividiram e debilitaram durante todo o século XIX. Uma vez descartado este perigo imaginário, resta um debate real. Deve a lei proibir manifestações de uma crença religiosa? Quando se coloca o problema nestes termos, a resposta imediata é negativa, por mais conscientes que estejamos dos cada vez mais frequentes incidentes que ocorrem com árabes e judeus, sobretudo nas escolas, porque estes conflitos, preocupantes porque comportam uma nova onda de antisemitismo, estão ligados ao conflito israelo-palestino. Afirmar que os ataques contra os programas escolares e a organização dos serviços de saúde médica não têm nada a ver com a afirmação da sua crença por parte dos jovens muçulmanos não supõe

esquecer o cada vez maior isolamento das populações de origem árabe ou turca, e mesmo a formação de guetos, que implicam toda uma reforma comunitária.

A liberdade de consciência das jovens que usam véu não se protege melhor reconhecendo tendências que são, de facto, inaceitáveis para a imensa maioria dos franceses. Na verdade, hoje o verdadeiro problema é a incapacidade de expressão destas jovens, mesmo sendo muitas e muito activas. São rejeitadas pelos grupos islamistas radicais e suscitam a desconfiança dos defensores do laicismo estreito, muitas vezes tingido por uma "arabofobia" que pouco tem a ver com a religião. É, pois, indispensável e urgente que estas jovens façam ouvir a sua voz, mesmo que para tal, para que consigam ser reconhecidas pelo que, são tenham que fazer grandes sacrifícios e transpor obstáculos difíceis.

Pessoalmente, penso ser muito provável que, na sequência da lei, que dará garantias aos professores e a todos os que temem estar expostos a ataques perigosos, venhamos a assistir a uma multiplicação de iniciativas por parte das jovens com véu, que com demasiada frequência são consideradas manipuladas e sem convicções pessoais. Não pretendo que a minha interpretação se imponha a todos, por si mesma. Mas quero salientar que foi precisamente esta reflexão que me levou a assinar o relatório da comissão Stasi, que levou a cabo todo um trabalho em relação ao qual ninguém pode negar o facto de ter multiplicado as declarações a favor do conhecimento e da liberdade do Islão, tal como em relação a todas as formas de liberdade de consciência.

O imenso eco deste grande debate, tanto dentro como fora de França, tem efeitos positivos. Desde logo, favorece a denúncia de práticas inaceitáveis e contribui decisivamente para chamar a atenção para estas mulheres com véu, cujas convicção e honradez não podem ser negadas por ninguém de boa fé. Muitos países sentem-se tentados a retomar o bem conhecido discurso sobre a excepção francesa, sempre definida, aliás, de forma negativa. Recentemente assistimos mesmo ao desenrolar de uma campanha contra França nos Estados Unidos, não somente por causa da sua posição contra a guerra do Iraque, mas também, de acordo com a imprensa norte-americana, devido à existência de um anti-semitismo maciço.

Pelo contrário, pode pensar-se que, por um lado, a maioria dos países europeus são laicos e defendem, portanto, posturas não muito diferentes das de França e, por outro, que em todo o lado, mesmo na Holanda, existe uma cada vez maior consciência de que é necessário analisar melhor os grupos de defesa comunitária, porque não se limitam somente a zelar pelo respeito das crenças e práticas como podem também levar ao

sectarismo e a formas muito degradadas dos aspectos mais perigosos e anti-laicos da vida religiosa.

Acreditem, pelo menos, que não existe em França qualquer regresso do espírito anti-religioso, tão forte no século XIX, se bem que, convém não esquecer, tal espírito tenha surgido muito mais por boas do que por más razões. Cabe aos franceses, em primeiro lugar, abrir e desenvolver um grande debate nacional, que possa dar às medidas que vão ser tomadas o sentido positivo da necessária defesa do laicismo e de forma alguma o sentido condenável de uma oposição às crenças religiosas das jovens muçulmanas.